

Editorial

Inauguramos este décimo ano de *Avaliação* em plena efervescência da temática central desta Revista. A avaliação da educação superior se tornou um assunto de grande presença nas IES, em âmbitos governamentais e nos setores da sociedade que se sentem mais concernidos. A questão mais ampla da educação superior também ocupa um lugar privilegiado na agenda das discussões, particularmente em razão da reforma proposta pelo MEC. Nessas discussões, alguns temas ganham grande destaque como: avaliação, controle, liberdade acadêmica, autonomia, financiamento, público-privado, mercado, gestão, qualidade, planejamento, ensino-pesquisa-extensão, indicadores, reformas, transformações, inovações, responsabilidade social etc.. De uma forma ou de outra, esses temas aparecem nos textos desta 35ª edição de *Avaliação*. São conceitos centrais da temática em discussão, que os diversos autores desenvolvem nos artigos aqui reunidos.

VICENTE DE PAULA ALMEIDA JR. analisa o processo de formação ou elaboração das políticas de avaliação da educação superior no Brasil, no período 1983-1996. Define e examina as etapas de construção e formulação da política, trazendo à luz suas contradições. A avaliação da educação superior no Brasil é apresentada, em seus diversos momentos e tendências, em cotejo com a teoria e as tendências universais da avaliação. **LUIZ ANTÔNIO CUNHA** examina três dimensões da autonomia: histórica, sociológica e política. Trata das mudanças ocorridas historicamente na autonomia ante os constrangimentos da Igreja, do Estado, do Partido e do Mercado. Em seguida, discute se é ou não aplicável à educação superior o conceito de campo, formulado por Bourdieu. Na dimensão política, trata dos problemas da autonomia no Brasil, relacionando-os em especial com os conceitos de autonomia substantiva e de autonomia processual. **DENISE LEITE** discute a questão dos processos de redesenho das universidades após reformas e avaliações dos anos 1990 e o advento da Universidade Liberal Híbrida e da Universidade Global, ambos modelos concernentes ao pensamento hegemônico global. Questiona se, por conta de estarmos muito presos à idéia de um pensamento hegemônico, não estamos tendo também um só modo de ver a universidade e a avaliação. Examinando avaliações que algumas IES estão praticando, observa formas de exercício democrático que contraria o diagnóstico único sobre o que ocorre no interior das universidades. Isso a leva a concluir, entre outras coisas, que o olhar do campo das ciências sociais sobre avaliação precisa ser constantemente ampliado. **AFRÂNIO MENDES CATANI, JOÃO DOS REIS SILVA JR. E MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO** apresentam uma análise comparada das reformas da

educação superior na Argentina (Governo Menem, período 1989-1999) e no Brasil (Governo FHC, 1995-2002). Essas reformas são tomadas como casos ocorridos na periferia do capitalismo e comparados com aquelas conduzidas no centro do poder político (EUA). De modo especial, destacam os autores as ações de ambos os governos no sentido de promover privatizações nos sistemas de educação superior. **JORGE LUÍS CAMMARANO GONZÁLEZ, MARLI GERENUTTI e WILSON SANDANO** refletem sobre os desafios da construção de sistemas de pesquisa numa universidade comunitária. Dentre as diversas estratégias, consideram imprescindível que o Projeto Político pedagógico dos cursos de graduação contemplem a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para a consolidação de uma cultura de pesquisa, consideram ser fundamental que a IES consolide a Pós-Graduação, fortalecendo o que já existe e estimulando a emergência de novos cursos onde houver competência instalada. A pesquisa deve ser considerada como uma prática de formação “de um ser que busca se apropriar, intervir, transformar e ser radical. Isto é, buscar as raízes de suas condições de vida, (...) transformar o insuportável em possível e o possível em realidade”. **MARLI DIAS DE SOUZA PINTO, JADNA LÚCIA NEVES HEINZEN e PEDRO ANTONIO DE MELO** tratam da avaliação como instrumento de gestão das IES. Abordam a questão das funções, dimensões e concepções da avaliação da educação superior, tendo em vista as competências gerenciais necessárias para a superação de problemas na gestão das IES. **ROBERTO BOCLIN** examina o uso de indicadores de desempenho na avaliação institucional. Para ele, os indicadores podem retratar as amplas mudanças nos requisitos da sociedade bem como destacar os efeitos sociais dos investimentos e suas conseqüências econômicas e sociais. Considera que a grande competitividade resultante do crescimento do ensino superior brasileiro torna ainda mais necessário o aumento da eficácia e da eficiência das IES. Julga que, para isso, tanto a auto-avaliação como os processos de avaliações externas exercem papel estratégico. **GIANNA PERIM, MARCIA SAKAI, MARCIO ALMEIDA e MAURÍCIO MARCHESE** apresentam o Sistema Integrado de Avaliação do Curso de Medicina da UEL (SIAMed). Em consonância com as orientações gerais do SINAES, o SIAMed se constitui de três fases: avaliação interna, avaliação externa e meta-avaliação. Trata-se de um processo de avaliação quantitativo-qualitativo que envolve a participação da comunidade interna (alunos, professores, funcionários), da comunidade externa local (profissionais de saúde, gestores dos serviços de saúde, pacientes, lideranças, egressos).

Boa leitura a todos.

José Dias Sobrinho
editor